

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2023

PROCESSO SEI nº 105341/2023

OBJETO: Solicitação de participação de servidores do TCE/PI no Curso “Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021”.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação visando à participação de 10 (dez) servidores deste Tribunal no Curso “Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021”, cujo evento será promovido pela empresa A B Xavier Treinamentos EPP, no período de 25 a 29 de setembro de 2023, em Teresina (PI).

Os autos estão instruídos, no que interessa à presente análise, com os seguintes documentos: Requerimento de Formalização da Demanda (0094225); Proposta (0094230); Autorização prévia da autoridade competente (0095225); Nota de Reserva Orçamentária (0096222) e Certidões de Regularidade da empresa (0096861).

Conforme se depreende da proposta de preços lançada à peça 0094230 - página 4 - o pagamento da despesa deverá ser à vista (antes do curso).

É o quanto basta relatar.

Inicialmente, cumpre anotar que a presente análise envolve aspectos estritamente técnicos, sem adentrar no mérito (conveniência e oportunidade) da contratação.

A dispensa e a inexigibilidade de licitação constituem exceção no ordenamento jurídico brasileiro, que retiram seu fundamento do mesmo dispositivo constitucional que determina o procedimento prévio à contratação, qual seja, o art. 37, XXI, que estabelece a obrigatoriedade de contratação mediante processo de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação.

Nessa seara, o art. 37, XXI, CF que norteia a forma como a Administração Pública contratará com o setor privado, dispõe que em algumas situações haverá **ressalva e tratamento diferenciado**, a seguir mostrado:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade:

[...]

*XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

No caso em tela, a contratação pretendida pode ser enquadrada na hipótese de inexigibilidade de

licitação prevista no art. 74, inciso III, f, § 3º, da Lei nº 14.133/21, desde que atendidos os comandos da norma, a seguir transcritos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável de competição, em especial nos casos de:

[...]

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Pois bem. Dos dispositivos acima reproduzidos, extraem-se os seguintes requisitos: a) tratar-se de serviço técnico enumerado no art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/21; b) o serviço ser de natureza singular e c) a notória especialização do profissional ou da empresa.

Nesse mesmo sentido é o entendimento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes^[1]:

É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento pode ser determinado pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições.

Feitas essas considerações, cumpre a esta Divisão de Licitações e Contratos verificar o adimplemento dos requisitos enumerados no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

De início, impende destacar que o art. 74, III, f, § 3º, da Lei nº 14.133/21 é taxativo ao caracterizar a capacitação de pessoal como um serviço técnico profissional especializado.

No que diz respeito à singularidade, o Tribunal de Contas da União, na Decisão nº 439/1998, anteriormente citada, definiu como singulares aqueles “*cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante e/ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos*”, o que se amolda à hipótese dos autos.

Relativamente ao requisito da notória especialização, o curso será promovido pelo Instituto Certame, que presta serviços de formação, capacitação e certificação profissional, com vasta experiência, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico <<https://www.institutocertame.com.br/>>, acesso em 15/09/2023, às 11h.

Nos termos do art. 72, caput, da Lei nº 14.133/2021, os processos de contratação direta devem ser instruídos com os seguintes documentos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta lei;

III – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII – autorização da autoridade competente; (grifo nosso).

Sendo assim, cabe a esta Divisão de Licitações e Contratos verificar o cumprimento dos requisitos legais para efetivação da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, o que faz a seguir.

À peça (0094225) consta requerimento de participação em evento - documento de formalização da demanda.

No documento de peça (0094230) consta proposta de curso presencial aberto, com o valor unitário negociado de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por participante, totalizando o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para 8 inscrições e 2 cortesias, em atendimento do art. 23 § 4º e art. 72, II, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Em cumprimento ao disposto no art. 72, III, c/c o art. 53, § 4º, após a presente análise e manifestação da Secretaria Administrativa, os autos deverão ser remetidos à Assessoria Jurídica do TCE/PI, para emissão de parecer jurídico para controle prévio de legalidade da contratação direta.

À peça (0096222) há Nota de Reserva Orçamentária, com demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, em cumprimento do inciso IV.

À peça (0096861) consta a comprovação de que a contratada preenche os requisitos de habilitação (inciso V).

Quanto ao requisito constante do inciso VI, qual seja, a razão da escolha do contratado remete-se à própria essência da inexigibilidade de licitação combinado com o disposto no art. 74, III, "f" por se tratar de um caso especial de "treinamento e aperfeiçoamento de pessoal", ademais, considerando que o evento será realizado em período determinado mostra-se ainda inviável a competição, porque nessa data, próxima à data limite de aplicação da NLL este curso em Teresina, está sendo ofertado unicamente pela proponente conforme informações disponíveis no sítio eletrônico < <https://www.institutocertame.com.br/curso-nova-lei-teresina>>, acesso em 15/09/2023, às 11h.

Para cumprimento do requisito do inciso VII, isto é, a justificativa de preços, entende-se também despidendo qualquer tentativa no sentido da comprovação da sua compatibilidade com os preços de mercado, na medida em que se trata de preços que estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos da mesma natureza, conforme consulta ao sítio eletrônico < <https://www.institutocertame.com.br/curso-nova-lei-teresina>>, em 15/09/2023, às 11h, bem como em negociação para esta Corte de Contas, o preço ainda restou diferenciado ao aplicado no curso aberto, comparação feita entre o valor das inscrições contidas no sítio da empresa e o constante na peça (0094230).

À peça (0095225) consta autorização prévia pela autoridade competente, autorizando 8 (oito) vagas com 2 (duas) cortesias. Entretanto, a autorização de empenho para cumprimento do inciso VIII, ocorrerá após manifestação do Órgão de Controle Interno e demais trâmites de controle de legalidade da contratação, ante a emissão de parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, nos termos do art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Ressalte-se que a proposta de preços lançada à peça 0094230 - página 4 - prevê que o pagamento da despesa deverá ser à vista e adiantado (antes do curso).

Prosseguindo, cumpre informar que no momento oportuno será observado a exigência do parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/21, no tocante à divulgação do ato e da manutenção do mesmo à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

O instrumento de contrato será substituído pela correspondente nota de empenho, com base no

caput do art. 95 da Lei nº. 14/133/21.

Ante o exposto, entende-se possível a contratação direta, por ser um caso de inexigibilidade de licitação, vez que atendidos os requisitos legais aplicáveis à espécie.

Encaminhe-se à Secretaria Administrativa para manifestação.

Teresina(PI), 18 de setembro de 2023

Messias Leal de Moura Lima
Apoio - Portaria nº 334/2023 de 09/05/2023
Seção de Licitações/DLC
Matrícula: 97896

Ivete Maria Gonçalves
Agente de Contratação - Portaria nº 334/2023 de 09/05/2023
Matrícula: 97.943

Visto: Rosemary Capuchu da Costa
Chefe da Divisão de Licitações e Contratos
Matrícula: 02062



Documento assinado eletronicamente por **MESSIAS LEAL DE MOURA LIMA, Assistente de Controle Externo**, em 18/09/2023, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IVETE MARIA GONCALVES, Chefe de Seção**, em 18/09/2023, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMARY CAPUCHU DA COSTA, Chefe de Divisão**, em 18/09/2023, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tce.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0096895** e o código CRC **A4DB422A**.

Referência: Processo nº 105341/2023

SEI nº 0096895

Av. Pedro Freitas 2100 | Centro Administrativo | Teresina-PI | CEP: 64018-900

☎ 3215-3800 | CNPJ: 05.818.935/0001-01

✉ tce@tce.pi.gov.br